

## **A Ideologia Política na Economia Solidária: uma Análise de Empreendimentos Solidários em Salvador**

Luiza Reis Teixeira

*Mestre em Administração pelo Núcleo de pós-graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – NPGA/UFBA  
luizarteixeira@hotmail.com*

### **Resumo**

O trabalho tem como objetivo principal apresentar resultados sobre pesquisa acerca da ideologia política na economia solidária. Para alcançar os objetivos do trabalho, primeiramente, retrata-se ainda que brevemente a teorização acerca da economia solidária, visando a discutir a evolução do debate acerca da temática da economia solidária e seu reflexo no atual momento de organização do movimento; em seguida, analisa-se o movimento da economia solidária no Brasil. Por fim, apresenta-se resultados de uma investigação qualitativa do discurso dos atores participantes de empreendimentos econômicos solidários em Salvador. Partindo da teoria gramsciana a respeito da sociedade civil, buscou-se averiguar se há, nos discursos destes atores, indícios da difusão e realização de uma nova concepção do mundo alternativa ao capitalismo, e se ela é equivalente à concepção de mundo da economia solidária presente nos discursos teóricos - um modo alternativo de produção ao modo capitalista. As conclusões do trabalho apontam para uma falta de consenso e clareza no discurso dos atores no que diz respeito à definição e à delimitação da economia solidária, ainda que possam compartilhar de uma utopia de transformação social a ser promovida a partir da economia solidária.

### **1. Introdução**

As constantes crises por que o sistema capitalista vem passando contribuem para o aumento das desigualdades sociais, e, conseqüentemente, para a deteriorização das condições de vida da maioria da população mundial. Somam-se a este cenário as transformações econômicas que vêm ocorrendo no plano global, com as mudanças tecnológicas e a incorporação de um novo padrão produtivo pelas empresas, que se baseia na flexibilização do trabalho, na segmentação de cadeias produtivas por áreas geográficas, na acirrada competitividade mundial entre as empresas, na busca de produtividade e eficácia que ultrapassam as fronteiras do Estado-nação. Todo este processo afeta as economias nacionais, que, em sua maioria, vêm implementando reformas liberalizantes e desregulando os mercados, o que leva a uma redução do papel do Estado, tanto nas atividades econômicas, como no financiamento e na promoção de políticas sociais, além de gerar crise social derivada do desemprego (SANTOS JUNIOR, 2001).

Os Estados são constringidos a deixar de lado as práticas de *welfare*, e as empresas vêm se tornando, ainda mais, insuficientes para atender às demandas de uma grande massa excluída do trabalho formal. Tanto o Mercado como o Estado não têm se mostrado eficazes, pelos seus mecanismos econômicos e redistributivos tradicionais, de equacionar o problema das desigualdades sociais em países como o Brasil, o que vem a fortalecer ideais de transformação social, que muitas vezes se baseiam na transformação do sistema. O crescente desemprego e as transformações na qualidade do trabalho, marcas da era global, têm deslocado, cada vez mais, parte dos indivíduos para formas alternativas de ocupação. A discussão acerca de novas alternativas ao modelo vigente ganha força no discurso acadêmico e dos movimentos sociais (SEI, 2004).

Como exemplo destas alternativas ao modelo econômico vigente, podemos citar os movimentos associativistas e cooperativistas que, desde o século XIX, traduziram o surgimento de uma tipologia de experiências que nasceram no seio da sociedade civil, sob a

égide dos mecanismos de reciprocidade e do voluntarismo, que não possuíam fins lucrativos e que pretendiam trabalhar para a eliminação da exclusão social e por uma cultura da solidariedade. O conceito de economia solidária, a ser explorado neste trabalho, passa a ser discutido, sob esta denominação, a partir da década de 1980 (LECHAT, 2002), mesmo tendo sua origem atribuída ao movimento cooperativista de Rochdale na Inglaterra ou às Associações de Ajuda Mútua na França no século XIX.

As organizações que fazem parte do campo da economia solidária retratam experiências baseadas na organização cooperativa ou associativa, de caráter democrático, com a característica da solidariedade perpassando todas elas. Entre as organizações que fazem parte do campo da economia solidária, também conhecidas como empreendimentos econômicos solidários, há iniciativas como as associações e cooperativas de trabalhadores rurais e urbanos, produtores de bens e serviços, centrais de comercialização, empresas autogestionárias, cooperativas de crédito, clubes de trocas e as organizações que atuam no campo do chamado comércio justo.

O trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira parte será apresentada a teorização acerca da economia solidária, ou seja, como este conceito tem sido discutido no campo conceitual. Em seguida, será apresentada a problemática da pesquisa, em que serão estabelecidas relações entre o conceito de sociedade civil com o campo da economia solidária. Nesta parte será possível identificar os objetivos e questões norteadoras da pesquisa. Posteriormente, há uma breve análise do movimento da economia solidária no Brasil, para chegar-se à apresentação da metodologia da pesquisa, e à análise dos dados. Por fim, a conclusão a que se chegou com a investigação.

## **2. Teorização acerca da economia solidária**

A temática da economia solidária tem conquistado uma visibilidade crescente nos últimos anos. No meio acadêmico, diferentes áreas do conhecimento, tais como economia, sociologia e administração, passaram a publicar estudos sobre o tema (FRANÇA, 2002). Além do interesse da academia, é possível verificar que diferentes atores da sociedade civil têm participado do movimento da economia solidária. Integram o movimento da economia solidária atores com uma trajetória anterior ao próprio movimento, mas que fizeram a opção pela economia solidária. Entre eles podemos destacar o Movimento dos Sem-terra, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros. Várias hipóteses podem explicar esse fenômeno, por exemplo, o efeito de moda associado ao tema da economia solidária ou a institucionalização da temática no âmbito do governo Lula; no entanto, acredita-se que os envolvidos no movimento vêm nele ideais de transformação social, baseados na transformação do sistema, ou seja, uma alternativa de regulação da sociedade para exclusão dos efeitos nocivos do capitalismo.

Pode-se dizer que há um grande debate em torno do campo conceitual da economia solidária no Brasil e no mundo. Os autores (SOUZA SANTOS, 2002; SINGER, 2001; FRANÇA e LAVILLE, 2004; CATTANI, 2003; GAIGER, 2001) que estudam o tema fazem interpretações diferenciadas da temática, partindo de distintas correntes econômicas, sociológicas e/ou filosóficas, assim como adotam conceitos e denominações diferenciados para referirem-se ao que, supostamente, seria o mesmo fenômeno empírico. No entanto, a diversidade nas teorizações acerca da economia solidária não é originada em sua longa trajetória de estudos, como no caso do conceito de sociedade civil (retratado no capítulo anterior), cujas origens remontam ao período grego clássico.

Apesar do termo economia solidária ter sido utilizado, sob esta denominação, a partir da década de 1980 (LECHAT, 2002), as denominações e conceituações na maioria das vezes são diferentes por partirem de realidades sociais e experiências distintas. Contudo, as características destas experiências possuem um núcleo comum, qual seja: o individualismo

competitivo característico do comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas é substituído pela idéia da solidariedade. É provável que, em nome desse denominador comum de natureza política e militante, os diferentes intelectuais do campo façam um esforço a fim de estabelecer diálogos teóricos e metodológicos com o objetivo de alinhar minimamente os contornos conceituais da temática. A ampla divulgação do tema da economia solidária tem suscitado diversas controvérsias e indagações. O próprio termo já apresenta inúmeros sinônimos para a definição do mesmo fenômeno, tais como: economia solidária, economia popular, economia do trabalho, economia popular e solidária e socioeconomia solidária. Todos estes sinônimos retratam experiências baseadas na organização cooperativa ou associativa, de caráter democrático e fundamentada no princípio da solidariedade.

O conceito de economia solidária tende a ser o mais abrangente, englobando os outros conceitos apresentados. Para Motta (2004), a expressão “economia solidária” possibilita a união de diversos tipos de experiência em um único campo de idéias, além do agrupamento de diversas entidades, instituições e pessoas em torno de objetivos comuns. A autora ainda ressalta que muitos empreendimentos e idéias que surgiram numa época anterior a esta denominação passaram a ser reconhecidos a *posteriori* como pertencentes ao mundo da economia solidária.

O termo reorganiza uma variedade de idéias, conceitos, ao mesmo tempo que se constrói a partir deles. Pode-se dizer que o que a *ES* traz de original é justamente uma forma particular de organizar elementos já existentes, como as experiências de educação popular, a ação da Igreja católica junto a comunidades, as propostas de empresas autogeridas, o cooperativismo, etc. (MOTTA, 2004, p. 64).

Nota-se aí mais uma tentativa de unificação do conjunto das iniciativas da economia solidária. Gaiger (2004), ao comparar o termo economia solidária com economia popular e solidária reafirma o seu posicionamento em relação à utilização do conceito de economia solidária, pelo fato de ele ser mais abrangente e abarcar todas as outras formas não populares de solidarismo econômico, uma vez que as atividades econômicas solidárias não estão restritas à base popular, mas também envolvem outros setores e classes sociais. Para ele, o termo economia popular e solidária tem uma abrangência menor, designando apenas as expressões populares da economia solidária, o que empobrece o fenômeno, pois não compreende o escopo de toda a variedade de experiências desenvolvidas.

Não figura entre os objetivos deste artigo, entretanto, aprofundar as diferenças de cada um desses conceitos relacionados ao campo da economia solidária, uma vez que o próprio movimento de economia solidária está, ainda atualmente, na busca de um consenso. Cabe, portanto, explicitar que a filiação teórica deste trabalho seguirá uma linha de pensamento em que a economia solidária é definida como um modo de produção alternativo ao capitalismo, diferentemente do pensamento que considera a economia solidária como uma outra forma de regulação da sociedade que se articula com o Estado e com o mercado apesar de não estar subordinado a estes. Isto porque, uma das categorias de análise deste trabalho é o conceito de sociedade civil gramsciana, dotada de autonomia para o desenvolvimento de novas ideologias que podem contestar a ideologia hegemônica, qual seja a do modo de produção capitalista atual.

Singer (2002 e 2003) percebe a economia solidária como um fenômeno econômico e a reconhece como um modo alternativo de produção, que caminha com a sociedade mercantil. O seu crescimento é atribuído às crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Singer (2004 *apud* FRANÇA e LAVILLE, 2004) fala de sua inspiração marxista e de como o capitalismo - modo de produção dominante - não consegue abranger a totalidade das economias contemporâneas. A diferença que se pretende estabelecer é que a economia solidária não será interpretada enquanto um caminho de desenvolvimento local em bases solidárias e em convivência com a sociedade mercantil, mas como um novo modelo de regulação econômica das relações de produção.

### 3. Sociedade civil e economia solidária

O conceito de sociedade civil tem sido amplamente disseminado nos dias de hoje. Segundo Nogueira (2003), seja no nível do senso comum, da linguagem da mídia, ou do imaginário político das sociedades contemporâneas, o conceito de sociedade civil, é um dos conceitos da teoria social contemporânea que mais gera controvérsias, além de ter perdido a precisão, uma vez, que é empregado pelas mais variadas correntes político-filosóficas, que muitas vezes utilizam a mesma palavra referindo-se a fenômenos distintos.

O conceito de sociedade civil a ser explorado corresponde ao modelo desenvolvido por Gramsci, ao qual este trabalho se filia epistemológica e teoricamente. Gramsci parte do conceito de Marx, mas inova ao considerá-la no momento da superestrutura, ao invés da estrutura. Para Gramsci, a sociedade civil compreende, não apenas todo o conjunto das relações materiais, como em Marx, mas todo o conjunto das relações ideológico-culturais e todo o conjunto da vida espiritual e intelectual, diferente de Marx, que considera a sociedade civil todo o conjunto da vida comercial e industrial. Para Gramsci, a sociedade civil é, ao mesmo tempo, o momento ativo, referente à dicotomia necessidade e liberdade, e momento positivo, referente à força e consenso (BOBBIO, 1986).

Gramsci fala também em hegemonia como controle ideológico da classe dominante. Para ele, a Igreja na Idade Média, por exemplo, funcionava como a sociedade civil, já que era o aparelho de hegemonia do grupo dirigente.

Podem ser fixados, por enquanto, dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil', ou seja, o conjunto de organismos habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado. E eles correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade; é a do domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico (GRAMSCI, p. 33 – trecho dos Cadernos do Cárcere, *apud* BOBBIO, 1982).

A atribuição de um papel transformador à sociedade civil por Gramsci teve bastante impacto nas teorias de sociedade civil que seguiram posteriormente. Gramsci está sempre presente nos discursos dos mais diversos interlocutores que falam de sociedade civil nos dias de hoje, embora não haja uma interpretação única e consensual do termo (NOGUEIRA, 2003). Os autores consultados neste trabalho sobre o tema da sociedade civil (COHEN, 2003; COHEN e ARATO, 1992; NOGUEIRA, 2003; TEIXEIRA, 2002; WHITEHEAD, 1999) partem do conceito de Gramsci, ou fazem referência a ele.

Adotamos o pressuposto de que sociedade civil em Gramsci é um conceito complexo e sofisticado, muito útil para entender a realidade contemporânea. Além de ser um conceito, a sociedade civil, como ressalta Nogueira (2003), encerra em Gramsci um projeto político que tem a possibilidade de transformar a sociedade. Existe neste conceito uma razão marcada pela idéia de intencionalidade, que nos parece fundamental epistemológica e metodologicamente. Para Elenaldo Teixeira (2002), Gramsci é o autor que apresenta os elementos básicos para a compreensão atual da sociedade civil, uma vez que ela representa o conjunto de organizações que elaboram e difundem as ideologias que são hegemônicas entre as classes.

A economia solidária pode ser interpretada como uma destas organizações que elaboram e difundem uma nova ideologia no seio da sociedade civil, tendo em vista que, a sua origem é atribuída aos movimentos associativistas do século XIX. Estes movimentos são vistos como um exemplo de uma alternativa ao modelo econômico vigente, pois traduziram o surgimento de uma tipologia de experiências que nasceram na sociedade civil, sob a égide dos mecanismos de reciprocidade e do voluntarismo, que não possuíam fins lucrativos, que pretendiam trabalhar para a eliminação da exclusão social e por uma cultura da solidariedade.

Estas primeiras experiências de economia solidária na Europa foram também denominadas de socialismo utópico, e geraram um debate político sobre as condições do agir econômico. Havia uma recusa das pessoas envolvidas no movimento associativista e

cooperativista na Europa do século XIX em reconhecer a autonomia apenas do aspecto econômico, em detrimento dos outros aspectos, haja vista os aspectos, social, político e cultural, entre outros. O ideal de transformação social, no entanto, não passava pela tomada do poder político via aparelho do Estado, mas pela construção de uma nova hegemonia (FRANÇA, 2001). A economia solidária surge neste contexto, tornando-se um movimento que produz uma racionalidade oposta àquela que orienta o capitalismo, ou seja, privilegia-se a cooperação em detrimento da competição.

A pesquisa teve como objetivo chegar a conclusões a respeito da qualificação do discurso e da percepção dos atores envolvidos com a economia solidária. Para tanto, buscou-se investigar os marcos referenciais políticos e estratégicos fundamentais que designam a ideologia e a identidade do movimento. Tentou-se esclarecer o discurso acadêmico presente no campo da economia solidária e sua relação com o discurso e as percepções dos integrantes de empreendimentos econômicos solidários. Buscou-se levantar dados que dessem subsídios para entender a visão de mundo que dá sentido e direção ao movimento, assim como a força do movimento na história e sua capacidade de mobilização política.

A investigação teve como ponto de partida a constatação da inexistência de estudos empíricos voltados para a análise dos marcos referenciais estratégicos fundamentais que designam a identidade dos movimentos sociais de economia solidária. Não é possível afirmar que as pessoas que integram as organizações do campo da economia solidária partilham o mesmo discurso presente no meio acadêmico. Portanto, algumas questões foram fundamentais para o delineamento da pesquisa, tais como, a visão de mundo que dá sentido e direção ao movimento, qual a sua força efetiva na história e qual a sua capacidade de mobilização política. Além desta, ainda podemos destacar: Será o discurso dos integrantes dos empreendimentos econômicos solidários voltados para uma concepção da economia solidária enquanto modo de produção alternativo ao modelo hegemônico? Haveria, no discurso destes atores, uma concepção ampla e abrangente de transformação do modo de produção capitalista? Antes de partir para o plano empírico de análise destas questões lança-se mão de uma breve análise do movimento da economia solidária no Brasil.

#### 4. Análise do movimento da economia solidária no Brasil

A fim de analisar o movimento da economia solidária no Brasil, seguiremos o modelo proposto por Gohn (2002), focando os elementos internos de análise da economia solidária: demandas e repertórios da ação coletiva, composição, princípio articulatório interno, organização, práticas, projeto. Para a autora é no nível interno de articulação do movimento da economia solidária que encontraremos as primeiras pistas para responder o principal questionamento deste trabalho: **qual o projeto político (ideologia) da economia solidária?**

Vale ressaltar que a noção de projeto político presente no modelo teórico-metodológico utilizado é referente à noção de ideologia em Gramsci - concepção de mundo que se faz presente em todas as manifestações teóricas e coletivas, em que é possível identificar o modo de pensar e agir compartilhado por determinado grupo social. No entanto, para a autora a ideologia representa algo maior, “marcos referenciais estratégicos fundamentais para criar a identidade dos movimentos” (GOHN, 2002, p. 258), podendo ser captada por meio da análise dos discursos e mensagens dos líderes, assim como através da produção material e simbólica do movimento. A seguir, veremos no Quadro 2 as categorias de elementos e articulações internas analisadas no movimento da economia solidária.

T O S E A R T I C U L A Ç Õ E S I N T E R N O	<b>DEMANDAS E REPERTÓRIOS DA AÇÃO COLETIVA</b>	<b>Demanda:</b> carência não atendida; busca suprir lacunas ou necessidades <b>Repertório:</b> produto elaborado a partir da agregação das demandas pela ação coletiva, traduzido em reivindicação mediatizada pelo conteúdo político-ideológico do projeto do movimento
	<b>COMPOSIÇÃO</b>	Origem social dos seus participantes - classes e camadas sociais

<b>PRINCÍPIO ARTICULATORIO INTERNO</b>	Relações entre base, liderança e assessoria
<b>ORGANIZAÇÃO</b>	Informal ou formal; ligado à institucionalização
<b>PRÁTICAS</b>	Ações diretas; discursos <b>Práticas organizadas:</b> <i>formais</i> - reuniões, assembleias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos, greves; <i>informais</i> - acampamentos, teatro, encenação, invasões <b>Práticas não organizadas:</b> atos de sublevação, insurreições populares
<b>PROJETO</b>	Visão de mundo que dá sentido e direção ao movimento

Quadro 2 - Elementos internos e externos para a análise do movimento de economia solidária no Brasil  
 Fonte: Elaboração própria, a partir de Gohn (2002)

As **demandas** estão relacionadas a uma carência não atendida, quer seja de ordem econômica, política, social e cultural, ou até mesmo para responder os projetos de uma utopia. Quando as demandas partem das carências, elas buscam suprir determinadas lacunas ou necessidades; contudo, quando elas partem de uma utopia, existe um ideal a ser atingido, que é uma reinvenção da realidade. As utopias geram “ideologias, movimentos e novos valores” (GOHN, p. 256). Os **repertórios da ação coletiva** são os produtos elaborados a partir da agregação das demandas pela ação coletiva traduzido em reivindicação, desenvolvida a partir do conteúdo político-ideológico do projeto do movimento.

O nascimento da economia solidária no Brasil é sempre relacionado à crise social das décadas de 1980 e 90 que provocou o desemprego em massa acentuando a exclusão social de muitos brasileiros. Portanto, é possível afirmar que a demanda inicial do movimento foi criar uma alternativa ao desemprego e à exclusão social. Um fato que também atesta a demanda do movimento ser o combate ao desemprego é o exemplo da SENAES; outras iniciativas de inclusão da economia solidária na esfera pública em governos locais também estão associadas à Pasta do Trabalho. Olhando a partir da perspectiva dos empreendimentos econômicos solidários, também é possível afirmar que a principal motivação é uma alternativa de renda.

No Brasil, o novo solidarismo popular se expressa no ideário e na prática de um número crescente de empreendimentos econômicos criados por trabalhadores impelidos pela falta de alternativas de subsistência ou motivados pela força de suas convicções (GAIGER *apud* FRANÇA *et al*, 2006).

No entanto, é possível enxergar também um quê de utopia no movimento da economia solidária, uma vez que se imagina a economia solidária como “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10). E como uma utopia que pretende ser uma reinvenção da realidade, a economia solidária pretende contemplar em seu projeto “aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais a serem observados” (NUNES, 2002, p. 61).

Moura e Meira (2002), ao definirem a economia solidária, a partir de uma síntese do que dizem diversos autores (FRANÇA, 1999; SINGER, 2000; VAINER, 2000; ARRUDA e BOFF, 2000; ARRUDA 1996; CORAGGIO, 2000; RAZETTO, 1997 *apud* MOURA e MEIRA, 2002), chegam a um conceito que muito se aproxima da idéia que tento levantar aqui de que a economia solidária tem como demanda inicial o combate ao desemprego, mas que se mostra também como uma utopia, uma vez que tem um ideal de transformação do modo de produção capitalista, num plano econômico, social, cultural e político.

A partir de diversos autores que vem trabalhando sobre o tema, podemos dizer que os termos sintetizam uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico, baseadas em novas e antigas formas de solidariedade; seja numa perspectiva de busca de alternativa de emprego, seja numa perspectiva de construção de modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo ou simplesmente enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivências de valores relacionados com o modo de ser cuidado (MOURA e MEIRA, 2002, p. 2).

Os **repertórios** ou **reivindicações** do movimento da economia solidária sempre estiveram relacionados aos seguintes aspectos:

- motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, tanto nas de produzir e consumir bens e serviços, como nas de distribuí-los e comercializá-los;
- referências de êxito distintas daquelas do capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almejadas;
- processos de autogestão e autonomia, implicando lógicas de participação e estímulo ao engajamento;
- criatividade e soluções alternativas face aos problemas e negócios implementados, visando à inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas;
- preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável para a geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes (NUNES, 2002, p. 60).

No entanto, a **organização** do movimento iniciou um processo de ampla discussão do repertório de ação da economia solidária, iniciado com as Conferências Estaduais de Economia Solidária, chegando ao ápice em junho de 2006 na I Conferência Nacional de Economia Solidária – I Conaes. Com o objetivo de ser um espaço de debate dos governos, nas três esferas e com diversos setores da sociedade civil brasileira, a I Conaes elaborou um elenco de propostas para a Economia Solidária através da elaboração de um Documento Base com o conjunto das propostas elaboradas pelos eixos temáticos da conferência. Além da I Conaes, há o Fórum Brasileiro de Economia Solidária formado pela articulação de três segmentos do movimento de economia solidária (empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, além de gestores públicos) que mantém constante a discussão das reivindicações da economia solidária através de seus Grupos de Trabalho (GT's) - Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo.

De acordo com Gohn (2002), a **composição** de um movimento social pode ser vista sob o ângulo da origem social de seus participantes, pelas classes e camadas sociais que participam, ou pelo princípio articulatório que aglutina os participantes. A composição de segmentos sociais da economia solidária é muito ampla, agregando desde os empreendimentos econômicos solidários até universidades e secretarias de governo, além das redes de trocas. É possível distinguir quatro níveis de atores no campo da economia solidária, agrupados por aproximação do papel desempenhado.

Os **empreendimentos econômicos solidários** representam o nível da economia solidária em que as relações econômicas ocorrem, o nível da estrutura. Eles representam uma forma de expressão da economia solidária podendo assumir formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede e outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços (MOURA e MEIRA, 2002). São diferentes dos projetos comunitários voltados à sobrevivência e à subsistência de grupos populares, uma vez que, o alcance da viabilidade econômica é feito através da acumulação, crescimento e desenvolvimento de uma nova racionalidade econômica, que é uma síntese original do espírito empresarial com o espírito solidário (GAIGER, 1996). As características básicas dos empreendimentos são: pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública e finalidade multidimensional (FRANÇA FILHO, 2001). Outra característica dos empreendimentos é a inserção cidadã, uma vez que eles devem promover o respeito ao consumidor e ao meio ambiente e participação ativa na comunidade em que está inserido (AZEVEDO e BANDEIRA, 2003).

Os **empreendimentos econômicos solidários** podem ser *organizações anças solidárias*, também conhecidas como bancos populares, que são, muitas vezes, cooperativas de crédito voltadas para o microcrédito para pequenas iniciativas de organizações coletivas populares. Estes empreendimentos também podem assumir a forma de empresas

autogestionárias, um tipo de cooperativa popular (FRANÇA, 2006). Contudo, o *cooperativismo popular* é o tipo mais emblemático de **empreendimentos econômicos solidários**, uma vez que, além de ser o tipo em que se encontra a maior parte dos casos no Brasil, toda a origem da economia solidária remete às concepções cooperativistas do século XIX. Eles podem incluir cooperativas de produção, prestação de serviço ou consumo, variando sempre em grau de estruturação. As cooperativas populares, no entanto, são marcadas por um alto nível de instabilidade proveniente normalmente das condições precárias de desenvolvimento destas iniciativas, o que reflete as condições de vida das pessoas envolvidas (FRANÇA, 2006). Na Bahia, a maior parte dos **empreendimentos econômicos solidários** são cooperativas populares, que na maioria das vezes não consegue obter a sustentabilidade desejada – uma renda ao final do mês.

Ainda podemos citar as *redes* de empreendimentos para compra e comercialização de produtos como mais um tipo de **empreendimentos econômicos solidários**, além das *associações*, os *clubes de trocas* e *grupos informais*. As associações podem ser filantrópicas, de moradores, de defesa da vida, culturais, desportivas ou sociais, de classe, e de trabalho, o que lhes confere um caráter mais amplo quando comparadas às cooperativas (CATTANI, 2003). Muito embora, dependendo do tipo – de trabalho ou de moradores – assumam características similares às cooperativas populares. Os *clubes de trocas* são sistemas de trocas locais composto por produtores e consumidores com o objetivo de trocar bens e serviços sem recorrer a uma lógica mercantil, adotando, na maioria das vezes, uma moeda social. Os *grupos informais* também se aproximam das cooperativas populares em sua forma de funcionamento, mas eles estão num estágio anterior no que se refere a legislação, ou seja, são grupos que seguem a lógica da economia solidária na produção, mas que não estão constituídos enquanto cooperativas.

As **entidades de apoio e fomento** desempenham um papel importante na estruturação do campo da economia solidária. Entre elas destacam-se a Cáritas e as Pastorais, as Universidades e as Incubadoras (redes de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas), o movimento sindical (ADS/CUT) e as ONG's como a FASE, o IBASE, o PACS e a IMS. Entre elas, a Cáritas foi pioneira no movimento da economia solidária ao desenvolver o PACs – Projeto Alternativo Solidário – que apoiou uma série de pequenos projetos em todo Brasil, como foi citado anteriormente. As entidades de apoio têm um grande papel no que tange o fomento da economia solidária, muitas desenvolvem dinâmicas de formação de grupos para o trabalho com a economia solidária, além de prestarem apoio financeiro e na gestão de empreendimentos já formados.

O campo da economia solidária no Brasil ainda conta com as **ligas ou uniões**, como a ANTEAG, UNISOL, UNICAFES, ANCOSOL, COCRAB e MST; com o **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, composto pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, a rede de gestores públicos, e a FACES do Brasil, e a rede de Socioeconomia Solidária; além das **instâncias governamentais**, com o governo federal através do Ministério do Trabalho e da SENAES, além de iniciativas de governos municipais e estaduais.

O **princípio articulatório interno** é definido a partir das relações entre três elementos fundamentais para a composição de um movimento: as bases demandatárias, as lideranças e as assessorias. As relações entre estes três elementos definiriam o quão democrático o movimento é. As bases de demanda da economia solidária são os **empreendimentos econômicos solidários**, uma vez que deles fazem parte as organizações que operam a economia solidária. As assessorias são as **entidades de apoio e fomento** e as **ligas ou uniões**. As lideranças, por sua vez, não são facilmente identificadas, pois o movimento é organizado através de uma estrutura de democracia representativa, funcionando através de fóruns e conferências estaduais e nacionais, e não há um cargo de diretor, superintendente ou coordenador. No entanto, é possível destacar a figura de Paul Singer como uma liderança



representativa e carismática dentro do movimento, uma vez que ele, além de ter sido o primeiro autor a usar o termo *economia solidária* no Brasil (MOTTA, 2004), tem sido responsável pela divulgação do tema no Brasil, seja por suas inúmeras publicações, ou pelo fato de ser o Secretário Nacional de Economia Solidária desde a criação da Secretaria em 2003. Ainda podemos citar o **Fórum Brasileiro de Economia Solidária** que funciona como uma espécie de misto dos três elementos - base de demanda, assessoria e liderança - uma vez que desempenha um papel de articulação entre os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria e fomento, e os gestores públicos. Existem conflitos nas relações entre os três elementos, mas a estrutura do movimento permite que os conflitos tenham um espaço para debate e exposição de idéias de forma democrática.

A **organização** do movimento de economia solidária, apesar do seu pouco tempo de existência é formal, assim como suas **práticas**. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é a instância nacional que formaliza a organização do movimento, uma vez que, conforme citado anteriormente, sua função é de articulação entre os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria e a rede de gestores públicos. A sua principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, formada pelos representantes das entidades e redes nacionais de fomento, além de três representantes por estado, apenas nos estados em que há um Fórum ou uma Rede Estadual de Economia Solidária. Dos três representantes por estado, dois devem ser empreendedores e um assessor ou gestor público. A Coordenação Nacional se reúne duas vezes ao ano (FBES, 2006).

As **práticas** do movimento de economia solidária são organizadas e formais, uma vez que seguem uma agenda nacional, além da discussão e registro de propostas para o desenvolvimento do movimento no Brasil. Algumas das práticas do movimento são: fóruns estaduais e nacionais organizados periodicamente, site institucional do FBES com divulgação mensal de boletim eletrônico para os associados, eventos e encontros estaduais e nacionais para troca de experiências e discussão de artigos científicos sobre o tema.

A discussão sobre o **projeto político** da economia solidária, categoria de análise central deste trabalho é aspecto de crescente relevância no movimento de economia solidária. Atualmente há uma preocupação na formação política dos atores da economia solidária. A literatura não é unânime, mas há um posicionamento da economia solidária enquanto projeto de construção de outra economia, uma economia alternativa ao capitalismo.

Para Singer (2002, p. 10), a economia solidária representa “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Já para Quijano (*apud* SOUSA SANTOS, 2002, p. 497):

(...) não se trata de um ‘modo de produção’ alternativo, mas de organizações ‘não capitalistas’ aptas a pertencerem a um ‘mercado globalizado, isto é, organizações que se situam mais como alternativas ao desemprego e à pobreza do que como alternativas ao próprio capitalismo.

Para Gaiger (2004), a análise deve ser cautelosa, pois o conceito de modo de produção refere-se também a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, e que, de fato, em todos os empreendimentos solidários não há mudanças profundas na base técnica do seu processo produtivo em relação à das fábricas capitalistas, mas suas principais diferenças residem em novas relações de trabalho. O autor conclui, que a economia solidária constituiria uma nova forma social de produção, contrária à forma social de produção assalariada, e não um modo de produção distinto. Caso o desempenho desta nova forma social venha se mostrar superior, ela deverá levar a um novo desenvolvimento da base material e, portanto, um novo modo de produção.

## 5. Pesquisa e resultados

O trabalho de investigação empírica do universo das organizações de economia solidária em Salvador foi realizado através de uma pesquisa qualitativa (análise dos discursos

e das percepções dos atores). A escolha da pesquisa qualitativa deu-se pela natureza investigativa do trabalho, que tem, como objetivo principal, levantar dados que permitam chegar a conclusões acerca da ideologia política que permeia o conjunto das organizações do movimento de economia solidária. Por meio da abordagem qualitativa é possível ao pesquisador realçar os valores, as crenças, as representações, as opiniões, atitudes, além de permitir-lhe compreender os fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna do fenômeno pesquisado.

Ao olhar para o campo de análise em evidência - a economia solidária, deparamo-nos com um amplo movimento caracterizado por diversos tipos de arranjos organizacionais. Devido à grande amplitude deste campo de análise, são necessários alguns recortes, não apenas temporais e geográficos, como também em relação ao próprio movimento de economia solidária.

Dentro do movimento de economia solidária, a decisão foi analisar os **empreendimentos econômicos solidários**, uma vez que estes se encontram no nível mais operacional da economia solidária. É possível afirmar que estes empreendimentos representam o nível da economia solidária em que as relações econômicas ocorrem, o nível da estrutura. Na pesquisa foi estabelecido o recorte geográfico do município de Salvador e das organizações surgidas entre 2000 e 2004. A escolha deste intervalo justifica-se pelo fato de que foi entre estes anos, segundo pesquisa do Mapeamento Nacional de Economia Solidária, promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, que se registrou mais de 60% de surgimento das organizações de economia solidária em Salvador, considerando-se como ano inicial 1975. Acredita-se que o registro do surgimento de um grande número de organizações neste intervalo deve-se ao fato de terem ocorrido uma série de eventos importantes na trajetória do movimento de economia solidária no Brasil, entre os quais o I Fórum Social Mundial, em 2001, onde houve o grupo de trabalho de economia solidária que agregou e articulou muitos atores de economia solidária, além do surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003.

A partir do delineamento acima relatado, portanto, a amostra contava com 32 empreendimentos, entre eles 18 cooperativas, 5 associações, 3 grupos de produção coletiva, 3 grupos de produção individual, 2 projetos de cooperativa e 1 ONG. As organizações estavam distribuídas entre os mais variados bairros de Salvador, sendo a maioria deles em bairros periféricos como Uruguai, Plataforma, Pau da Lima, Cajazeiras, entre outros – todos bairros menos favorecidos do ponto de vista econômico e social. Apenas duas organizações encontravam-se em um bairro considerado nobre em Salvador, o caso da única ONG mapeada e do projeto de cooperativa a ela vinculado.

A metodologia para a coleta da amostra investigada foi a observação experimental. A técnica de coleta de dados, foi a entrevista a um ou mais membros das organizações, partindo sempre de um roteiro semi-estruturado. As entrevistas, efetivamente, foram realizadas em 17 empreendimentos no período entre 29 de julho e 8 de agosto de 2006. Dos 32 empreendimentos listados, 15 não foram contatados, por motivos diversos, tais como, números telefônicos inexistentes ou desatualizados, falência, ou mesmo pela decisão de não participar de pesquisas de alunos.

Conforme explicitado, os dados utilizados para as análises neste trabalho originaram-se de entrevistas, que é um tipo de interação mais planejada do que a conversa espontânea, em que o entrevistador manipula perguntas, construindo uma espinha dorsal exploratória em torno de um conteúdo comum ou seqüência tópica. O roteiro de entrevista foi dividido em duas grandes partes: o PERFIL DA ORGANIZAÇÃO e o IDEÁRIO. A primeira parte do roteiro contou com os seguintes subitens: caracterização da organização; histórico; articulação institucional e fontes de financiamento (parceiros); consciência sobre participação em empreendimento solidário; objetivos da organização; organização, estrutura e relações. Já a

segunda parte contou com: concepção de sociedade; concepção de Estado; concepção de mudança e processo da práxis transformadora.

O primeiro aspecto a ser analisado refere-se ao quarto tópico em relação ao perfil das organizações: a **consciência sobre participação em empreendimento solidário**, isto é, se o empreendimento se considera de economia solidária e a compreensão a respeito do que seja a economia solidária. Em três das entrevistas, as pessoas demonstraram dúvida em relação à compreensão do que seria a economia solidária, conforme o depoimento destes entrevistados:

Você quer saber se a gente tem algum programa social, é? Isto que é “economia solidária”? Esta solidariedade que você está se referindo é internamente ou pra comunidade? (Economia solidária) é uma ajuda mútua, né? (...) Entre a gente, a gente é solidário, porque a gente está cooperando e se ajudando. Mas, pra comunidade, ainda não (ASCOSI, 2006).

Como assim? Na venda? Eu produzo em casa e as pessoas que me ajudam têm uma remuneração em cima da venda, de acordo com o que vende. Tanto pelo valor do material, como pelo valor da venda. Falar a verdade? Eu não sei o que é economia solidária. É quando recebe ajuda de uma parte? Ah, é bom. Porque uma pessoa não pode trabalhar só. Porque o trabalho com estes bonequinhos exige muito, então a solidariedade é das pessoas que estão me ajudando. Estão ajudando na produção. Então é um trabalho em conjunto (EDNA BATISTA NASCIMENTO, 2006).

Mesmo nas organizações que se autodenominaram como sendo organizações de economia solidária, a compreensão do sentido de economia solidária se mostrou muito diversa. As seis noções relacionadas a partir da análise do entendimento dos entrevistados acerca da economia solidária se aproximam das quatro características da economia solidária definidas no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2006): cooperação, solidariedade, autogestão e atividade econômica. Primeiramente as noções relacionadas a **fazer parte de um empreendimento coletivo, a aprendizagem e prestação de serviços comunitários** e a **noção de economia solidária como ser solidário e ter união**, estão muito próximas à característica da solidariedade, que remete a uma preocupação com a melhoria da qualidade de vida em geral, seja com os participantes dos empreendimentos, ou com sua comunidade. A **noção relacionada ao cooperativismo e autogestão** pode ser diretamente relacionada às características da cooperação e autogestão, assim como as noções da economia solidária como **uma solução para o desemprego e do funcionamento da economia em rede** se aproximam da característica de atividade econômica uma vez que há a preocupação com a geração de renda para os envolvidos e a busca do trabalho em rede, seja pela comercialização de mercadorias ou pelo fortalecimento do movimento.

Na segunda parte do roteiro - **ideário dos empreendimentos** teve-se como objetivo verificar a idealização de sociedade que os empreendimentos apresentam. Quando perguntados sobre a sociedade que a economia solidária busca, oito empreendimentos incitam a sociedade sem desemprego, com igualdade de direitos e oportunidade, e justiça e equidade social. Apenas um empreendimento fala no cooperativismo como caminho para a sociedade, enquanto os outros falam em uma sociedade unida com divisão de tudo por todos, uma sociedade de apoio e numa sociedade com um modelo de economia baseado no ser humano e sem competição.

Em relação à concepção de Estado, o objetivo era saber dos empreendimentos o Estado que se busca com a economia solidária, além do envolvimento dos grupos com manifestações políticas, partidos políticos e apoio a candidatos. O tema da política aparece como um tema pouco discutido internamente, ou mesmo comum e freqüente no seio dos empreendimentos, uma vez que, apenas três empreendimentos afirmaram participar de manifestações políticas (o Grito dos Excluídos; Campanha da Primavera do CESE pela paz; manifestações de Agricultura Familiar; manifestações pela moradia e pela união; movimentos dos Sem-Terra e dos Sem-Teto), enquanto os outros afirmaram que política deveria ficar fora

da organização, ou mesmo que nunca participaram de manifestações políticas e nunca viriam a participar. Apenas em relação a um empreendimento obteve-se a informação de que era necessário conceber um envolvimento maior da cooperativa com a política.

(...) tem muitas pessoas que não se envolvem com política, apesar da gente já estar conseguindo mostrar que é necessário estar envolvido com o que acontece politicamente na sociedade. Mas o trabalho de envolvimento político vem acontecendo de forma lenta. A gente faz discussões (...) (COOPERART, 2006)

No que diz respeito ao apoio a partidos e/ou candidatos políticos, apenas três entrevistados afirmaram que seus empreendimentos apoiavam. Dois empreendimentos afirmaram acreditar no modelo de um partido político, enquanto apenas um empreendimento, relatou que apoiaria um candidato nas eleições de 2006 pelo fato dele os ter sempre apoiado e tratado com dignidade: “Ele sempre falou comigo, nunca deixou de falar. Eu estivesse vestida como estivesse” (COOPERTEXTIL, 2006).

A maior parte dos entrevistados afirma que a razão para eles não apoiarem partidos políticos ou candidatos é a possibilidade de ser transformado em uma propaganda política para o candidato. Evitam esse contato para não incorrer no conhecido hábito “promete e não cumpre” do político brasileiro, como eles próprios lembram:

Aqui a gente nunca se aproximou de política partidária. Chegamos a apoiar candidatos, mas eles prometeram e não cumpriram. Mas a gente procura não se envolver com política partidária porque a comunidade cobra. Então, a gente fez uma carta dizendo que não apoiaríamos mais políticos (COMUFE, 2006).

Não, a cooperativa não (apóia candidatos). Dentro da cooperativa que é o lugar da gente trabalhar juntas, que é o local da gente caminhar juntas, a gente não apóia candidatos (COOPERATIVA RAÍZES DO POVO DE ISRAEL, 2006).

Os empreendimentos também apresentam a mesma reação de desconfiança e descrença quando perguntados sobre as expectativas em relação ao Estado. No entanto, as respostas se agrupam em três grandes grupos: três empreendimentos **esperam pouco, ou não sabem o que esperar do Estado**, seis empreendimentos **esperam apoio na estruturação do empreendimento e reconhecimento pelo trabalho realizado** e quatro empreendimentos **esperam um tratamento diferenciado às cooperativas e associações, através da criação de políticas públicas para os empreendimentos**.

Assim como foi perguntado qual seria a sociedade buscada pela economia solidária, perguntou-se o mesmo em relação à concepção de Estado. As respostas dadas pelos empreendimentos, no entanto, não apontam para um novo modelo de Estado, mas para um Estado incentivador da economia solidária e das pessoas. Uma das respostas, por exemplo, fala que já vivemos em um Estado ideal – o estado democrático, sendo que não há o cumprimento das garantias constitucionais, portanto, que o ideal seria a aplicação das leis. Apenas uma resposta fala em um Estado menos capitalista, contudo, não há a explicação de como ele funcionaria. Outros entrevistados apontaram para um Estado provedor dos direitos básicos, um Estado sem corrupção e mais humano (sic). Ainda há o caso de uma resposta relacionada aos governantes – que deveriam cumprir as promessas de campanha – e um empreendimento que afirmou não saber como seria este Estado ideal.

O último tópico investigado em relação ao ideário dos empreendimentos foi relativo à concepção de transformação social, em que se buscou conhecer as crenças que orientam os indivíduos sobre as mudanças que a economia solidária poderia produzir, e de que forma as desigualdades sociais poderiam ser combatidas e superadas e o que eles estariam fazendo nesse sentido. Em três empreendimentos há a idéia de que a economia solidária já está trazendo mudanças para a sociedade, através da diminuição do desemprego e melhoria da auto-estima das pessoas envolvidas e através da conscientização para organização política das pessoas. Além disso, três outros indivíduos afirmaram que a economia solidária seria capaz de tornar o mundo mais solidário (unido, coeso) e mais cooperativo, sem precisar como. Outros

dois falaram na possibilidade de a economia solidária aumentar a comercialização dos produtos dos empreendimentos

Ao serem perguntados como as desigualdades sociais poderiam ser combatidas e superadas e o que estariam fazendo para isso, nenhum empreendimento respondeu especificamente o que estaria fazendo para mudar a situação vigente, embora tenham descrito como poderia ocorrer a mudança. Cinco afirmaram que as desigualdades e diferenças sociais seriam superadas através da educação e conscientização das pessoas, e um declarou que a conscientização deveria ser individual. Os entrevistados, no entanto, muitas vezes não fazem referência à educação formal, mas a capacitações e formações que levariam a uma mudança na consciência de cada um. Outros três acreditam na superação através da igualdade de oportunidades para todos, mas a referência de oportunidade acaba sendo o emprego. Ainda há três que crêem na superação das desigualdades sociais através da união e valorização do outro, da cooperação e de vontade política.

Após a análise dos três tópicos do ideário dos empreendimentos - sociedade, Estado e transformação – podemos traçar um panorama geral de uma visão de mundo dos empreendimentos de economia solidária analisados. Em relação à sociedade pode-se perceber que a preocupação principal é o desemprego, a falta de igualdade de oportunidades e a ausência de equidade social. No entanto, a eliminação destes problemas não leva, necessariamente a um novo modo de produção, uma vez que há os que pensam no capitalismo com mais distribuição. Contudo, as outras concepções de sociedade apresentadas se aproximam do paradigma socialista - sociedade unida com divisão de tudo por todos, ou mesmo da origem da economia solidária, que aponta o cooperativismo enquanto caminho para a sociedade. As concepções de uma sociedade de apoio, ou da sociedade com um modelo de economia baseado no ser humano sem competição acabam sendo muito difíceis de imaginar como funcionariam num nível mais prático.

A concepção do Estado como incentivador da economia solidária demonstra a crença dos empreendimentos no apoio do Estado para a efetivação da economia solidária. Isso é muito provavelmente reflexo de políticas públicas estaduais, municipais e de âmbito federal que se tornaram uma realidade no Brasil no campo da economia solidária. Mais uma vez, algumas concepções não nos levaram a um modelo de Estado que rompe com o atual, como é o caso das concepções do Estado como provedor de direitos básicos, ou sem corrupção. Apenas um empreendimento fez uma crítica ao modo capitalista de produção ao definir o Estado ideal para a economia solidária. A concepção de um Estado mais humano, novamente, deixa-nos sem uma noção exata de sua formação.

A transformação social, por sua vez, apresenta como principal concepção a conscientização e a educação das pessoas como chave para mudança. A conscientização das pessoas vai de encontro à premissa da pesquisa, segundo a qual a transformação social ocorre a partir da organização da sociedade civil. A igualdade de oportunidades também aparece para os empreendimentos como um fator chave de transformação social, mas não necessariamente aponta para um rompimento com o modelo vigente. O cooperativismo é novamente mencionado, agora como concepção de mudança. O Quadro 3 analisa todos estes elementos.

DIMENSÃO	CONCEPÇÃO
I. SOCIEDADE	Sociedade sem desemprego, com igualdade de direitos e oportunidade, e justiça e equidade social
	Sociedade unida com divisão de tudo por todos
	Cooperativismo enquanto caminho para a sociedade
	Sociedade de Apoio
	Sociedade com um modelo de economia baseado no ser humano sem competição
II. ESTADO	Estado incentivador da economia solidária
	Estado incentivador
	Estado provedor dos direitos básicos

	Estado sem corrupção
	Estado mais humano
	Estado como está, mas cumprindo a constituição
	Estado menos capitalista
III.  MUDANÇA / TRANSFORMAÇÃO	Superação através da educação e conscientização das pessoas
	Superação através da conscientização individual
	Superação através da igualdade de oportunidades
	Superação através da união e valorização do outro
	Superação através da cooperação
	Superação através da vontade política

Quadro 3 – Concepção do ideário dos empreendimentos

Fonte: elaboração própria

## 6. Conclusões

Ao fim desta pesquisa chegou-se a conclusão que o ideário dos **empreendimentos econômicos solidários** entrevistados não correspondem exatamente aos critérios trabalhados nos discursos teóricos. Nota-se, de fato, que há um afastamento entre o discurso teórico e as percepções dos atores dos empreendimentos, cujo conceito de economia solidária, por exemplo, não apresenta a mesma abrangência e escopo (como um modo de produção). As conceituações ali encontradas representam noções relacionadas com o empreendimento coletivo, o cooperativismo e a autogestão, a solidariedade e a união, além do funcionamento da economia em rede.

Ao expressar um modelo de sociedade, ao invés de respostas relacionadas a uma idealização da sociedade com bases solidárias (ou seja, o funcionamento deste modelo alternativo de superação de uma sociedade capitalista), há a expressão de uma preocupação, por parte dos empreendimentos, em acabar com os problemas sociais, como o desemprego, a falta de igualdade de oportunidades e a ausência de equidade social. Não há uma expressão manifesta em um objetivo claro de alcançar um novo modo de produção. Há algumas concepções que se aproximam do paradigma socialista, da sociedade unida com divisão de tudo por todos, ou mesmo da origem da economia solidária apontando o cooperativismo enquanto caminho para a sociedade. Estas concepções se aproximam do discurso teórico da economia solidária, já que para Singer (2000) a economia solidária seria um modelo socialista de organização da produção.

Na teoria gramsciana, o Estado é transformado com a difusão de uma nova hegemonia. Portanto, não há uma oposição entre sociedade civil e a figura do Estado; a sociedade civil e a sociedade política integram o que Gramsci chamou de teoria ampliada do Estado. Nos discursos dos empreendimentos econômicos solidários analisados, essa oposição tampouco ocorre, uma vez que a maioria apresenta uma idealização do Estado como incentivador da economia solidária. Muito provavelmente, este desejo é incentivado pela observação das políticas públicas voltadas para a economia solidária nos âmbitos estaduais, municipais e federal. No entanto, algumas concepções nos levam a um modelo de Estado como provedor de direitos básicos, ou sem corrupção. Estas concepções, na verdade não apontam para a aclamada forma alternativa, pois apenas se referem a uma operacionalização sem distorções do atual modelo vigente. A crítica ao modo capitalista de produção, ao definir o Estado ideal para a economia solidária, foi feita apenas por um empreendimento.

No nível da transformação social, há uma clara aproximação do modelo proposto por Gramsci, uma vez que se acredita que sua principal fonte é a conscientização e a educação das pessoas. Assim como para Gramsci, o discurso teórico (no campo da economia solidária e na teoria dos movimentos sociais) argumenta que é preciso conscientizar as pessoas através da difusão de uma nova ideologia na sociedade civil, para que ela um dia conquiste o status de

hegemônica. No entanto, não há um consenso acerca de como esta transformação social pode ocorrer, nem se a conscientização pode ser levada ao outro, ou se ela é definitiva.

É evidente que, para se pensar a transformação no caso particular da Bahia, não se pode negligenciar fatores relacionados à manutenção de velhas estruturas sociais e institucionais que deixam em suspenso a relação política de cidadania com o Estado. Ou seja, como lembra Milani (2006), a participação política dos cidadãos e o desenvolvimento de uma democracia participativa se confrontam com as contradições de uma história contemporânea marcada, *inter alia*, por práticas clientelistas, uma concepção patrimonialista do bem público, uma idéia individual do poder fomentada pelo Carlismo, o formalismo institucional, a falta de transparência do setor público governamental, uma fraca tradição de apoio às infra-estruturas cívicas, a ausência generalizada de espaços públicos de deliberação democrática, mas igualmente pela presença de fatores de ordem cultural e religiosa que muito influenciam as relações entre o Estado e a sociedade. Esse caldo de cultura política e as características que embasam o debate democrático na Bahia têm claras repercussões na forma como se organiza o discurso político dos empreendimentos de economia solidária.

Com isso, concluímos que apesar de haver uma estruturação comum entre os empreendimentos econômicos solidários, o ideal da economia solidária enquanto modo alternativo de produção não é manifesto nos empreendimentos, muito embora, se acredite que a mudança deve ocorrer através da conscientização das pessoas. Portanto, o afastamento da influência ideológica da classe dominante para o rompimento com a unidade da ideologia tradicional ainda tende a ter longo percurso pela frente.

É importante assinalar que houve limitações inerentes à condução da presente pesquisa (pequeno escopo de empreendimentos pesquisados, questões financeiras e temporais em sua execução). Restrições estas que nos levam a crer que a ampliação desta pesquisa para um número maior de empreendimentos possa trazer resultados mais abrangentes sobre as razões que embasam as conclusões a que chegamos. Considera-se, igualmente, que é forte a possibilidade de a ideologia dos empreendimentos de economia solidária, como assinalamos acima, ser diretamente influenciada por fatores regionais no que se refere à cultura política e ao fazer política na Bahia. Neste projeto, este aspecto tampouco foi devidamente aprofundado para averiguar correlações analíticas. Ficam, para futuras investigações científicas, essas duas pistas teórico-metodológicas que podem ser desenvolvidas com vistas a aumentar a compreensão do movimento de economia solidária na Bahia.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Mario Aquino. Terceiro Setor: as Origens do Conceito. In: **Anais do XXV ENANPAD**, Salvador, Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2002.
- AZEVEDO, Alessandra; BANDEIRA, A. Inovação Tecnológica em Empreendimentos Autogestionários: Utopia ou Possibilidade? In: **Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local. Bahia**, Salvador, Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9, 15-19 de junho de 2003.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- CATTANI, Antonio David (org). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, no 3, p. 419 a 459, 2003.
- COHEN, Jean L. e ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: The MIT Press, 1992.
- FALCONER, Andrés. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**, 1999.

- FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Site institucional**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em: 26 ago. 2006.
- FERNANDES, Rubem César. Elos de uma Cidadania Planetária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 10, n. 28, p. 15-24. 1994.
- FRANÇA, Genauto. **Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, BA, ano III, n. 5, p. 51-59, 2001.
- FRANÇA, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Phillippe (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (org). **Formas de Combate e de Resistência à Pobreza**. RS: São Leopoldo, Unisinos, 1996.
- GAIGER, Luís I. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel *et al.* (Org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia Social, Economia Solidária, Terceiro Setor: do que se trata? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre Brasil, v. 2, n. 1, p. 123-140, 2002.
- MILANI, Carlos R. S. Governo local e cidadania: análise sobre a participação política na Bahia contemporânea. In: **Anais do III Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)** UNICAMP, Campinas, 2006, 27 p.
- MONTAÑO, Carlos. Introdução. **Terceiro Setor e Questão Social**. Cidade: Editora Cortez, 2003.
- MOURA, Maria Suzana; SILVA JÚNIOR, Jeová T.; TEIXEIRA, Luiza; SILVA, Manuela Ramos da; MAGALHÃES, Ósia Alexandrina V. Especificidades da Gestão de Empreendimentos na Economia Solidária - Breve Estado da Arte sobre o Tema. In: **Encontro Latino Americano de Investigadores do Cooperativismo**, 2004. São Leopoldo: 2004.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 186-202, junho 2003.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2001.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006
- SEI (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA). **Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia**. Salvador: SEI, 2004. Disponível em [http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia\\_analise/sep/index\\_sep.php](http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_analise/sep/index_sep.php). Acesso em: 21 jun. 2005.
- SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia Socialista**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001
- SOUSA SANTOS, Boaventura (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.
- WHITEHEAD, Laurence. Jogando Boliche no Bronx: os interstícios incivis entre a sociedade civil e a sociedade política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 15-30, out. 1999.